

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 64

Data: 15.08.80 Pg.: _____

Fazendeiros recusam proposta da Funai

Memélia Moreira,
 enviada especial

Bang-Bang (MT) — As propostas apresentadas ontem pelo presidente da Funai ao grupo de 25 fazendeiros que foram se reunir com o coronel Nobre da Veiga, representantes do governo de Mato Grosso e representantes do Serviço Nacional de Informações não foram aceitas. Duas foram as propostas: desativar a estrada BR-080 (Brasília-Manaus) fazendo um novo traçado que passaria abaixo da cachoeira Von Martius e criar uma faixa neutra de 15 quilômetros nas duas margens do rio Xingu. Esta faixa seria uma espécie de reserva florestal sob responsabilidade do IBDF.

Durante três horas, fazendeiros e autoridades discutiram asperamente. Os proprietários chegaram mesmo a sugerir que se faça a emancipação dos índios para que «eles sejam corrigidos» e acrescentaram outras sugestões não aceitas pelo presidente da Funai.

Enquanto em Bang-Bang o clima era de tensão, na aldeia de Kretire, onde vivem os txukarramãe, os índios se mostravam nervosos e revoltados porque o presidente da Funai não fora ao posto discutir com eles. Os índios chegaram mesmo a impedir que os fotógrafos circulassem pela aldeia, ameaçando atacá-los e quebrar as máquinas.

Diante deste clima, que pode gerar um confronto caso os índios reapareçam nas fazendas, o coronel Nobre da Veiga solicitou um destacamento da Polícia Militar de Mato Grosso para evitar um conflito maior.

REUNIÃO

Bang-Bang, cujo campo de pouso recebe dois aviões da

Votec por semana, além de passar pelo vilarejo um ônibus de dois em dois dias que vai para São Félix do Araguaia, amanheceu agitada. Na balança do armazém São Domingos, do fazendeiro Jerônimo Alves Filho, um aviso: «Amanhã (ontem) reunião com o presidente da Funai, senadores e fazendeiros, às dez horas».

Pouco antes das dez da manhã o coronel Nobre da Veiga, acompanhado dos diretores do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI), coronel Claudio Pagano; Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC), Iyan Zanoni Hausen, dois representantes do SNI e autoridades de Mato Grosso, chegou à vila. Até os bêbados habituais se sentaram à porta do armazém para assistir ao movimento.

Não houve trégua nas discussões. O coronel Nobre da Veiga defendeu a proposta e os fazendeiros, aos gritos, com ironias e protestos, a recusaram. Luis Carlos da Silva Lima, proprietário da Fazenda São Luis, onde houve o ataque, e porta-voz dos fazendeiros, discursou longamente contra o desvio da estrada. «Não aceitamos de forma alguma a proposta do governo. Ela é uma afronta ao povo brasileiro».

Ele chegou mesmo a sugerir que o governo brasileiro «devia fazer igual aos Estados Unidos, que botaram o Exército em cima dos índios». Ao receber esta sugestão, o presidente da Funai criticou a política indigenista americana dizendo: «Não vamos repetir o erro dos Estados Unidos, que mataram todos os índios».



MARCIO DI PIETRO

Na reunião um fazendeiro chegou a sugerir o extermínio dos índios

O desvio da estrada é o ponto mais polêmico de todas as negociações. Ela, em seu novo traçado, passaria abaixo da cachoeira Von Martius, proposta feita na época em que se estudou a construção da BR-080, em 1969, e desde aquela época contestada pelos mesmos fazendeiros, uma vez que este novo traçado deixaria as fazendas distantes da estrada. Para justificar o argumento, os fazendeiros indagavam: «Para que construir outra estrada? O governo não está sem dinheiro? Se tem dinheiro sobrando devia nos ajudar. Por que vocês não dão este dinheiro para a gente?».

RESERVA

Quanto à faixa neutra, o acordo pode ser feito. Esta faixa começaria às margens do Xingu prolongando-se por 15 quilômetros dentro da mata e atingindo 22 fazendas. A «faixa-tampão», sugeriram os fazendeiros, «deveria ser dentro da área indígena, não dentro da nossa área».

Para os índios, o importante é que não haja desmatamento próximo ao rio. Eles temem a fuga da caça, e «a sujeira que vocês fazem», referindo-se à derrubada da floresta. Este argumento «não nasce da cabeça dos índios», na opinião dos fazendeiros, Luis Carlos da Silva Lima e Moacir Prata Pereira. Eles acusam, no caso, «os estrangeiros» que vão ao Parque (cientistas que recebem autorização da Funai para pesquisar nas áreas indígenas).

Mesmo polêmica, a faixa de fronteira é negociável, pois no final do encontro já se sugeria que ela poderia ter cinco quilômetros. O fazendeiro Luis Carlos, falando em «paz social, justiça, Constituição», disse que se for criada esta reserva florestal «os índios não vão respeitar e vão atacar novamente até ganharem 40 quilômetros (como estava previsto no primeiro decreto de criação do parque, em 1961). Isto é um prêmio para eles».